

Da Mata S.A. Açúcar e Álcool

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Da Mata S.A Açúcar e Álcool Valparaíso/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Da Mata S/A Açúcar e Álcool (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Da Mata S/A Açúcar e Álcool em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 07 de março de 2024, sem modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo biológico

Veja as notas explicativas nº 5.h e 13 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia mensura o seu ativo biológico de cana-de-açúcar ao valor justo menos despesas com vendas.</p> <p>O modelo de avaliação do valor justo considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. As projeções de fluxo de caixa incluem dados e premissas significativas tais como a área total estimada de colheita, o valor do quilo do Açúcar Total Recuperável (ATR) bem como a quantidade, a produtividade prevista (toneladas de cana-de-açúcar por hectares) e taxa de desconto.</p> <p>Devido às incertezas e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderia ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho dos controles internos chaves relevantes da Companhia relacionados ao processo de determinação do valor justo do ativo biológico;– Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade dos dados relevantes e das premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo do ativo biológico, mediante comparação das informações disponíveis com dados observáveis de mercado, e quando aplicável, com dados históricos; e– Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes relacionadas ao valor justo do ativo biológico. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, os quais não foram ajustados pela administração, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nos resultados obtidos a partir dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos ativos biológicos e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 21 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP


Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

Da Mata S.A. Açúcar e Álcool

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	195.816	15.154	Fornecedores	16	82.231	50.554
Contas a receber de clientes	8	4.020	4.006	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	95.310	367.450
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	22.257	Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	18	152.331	245.954
Estoques	9	145.890	299.797	Salários e férias a pagar		15.767	17.049
Ativos biológicos	13	164.470	142.085	Instrumentos financeiros derivativos	27	99.072	-
Adiantamentos à fornecedores	10	27.592	7.914	Impostos e contribuições a recolher		27.336	14.560
Impostos à recuperar	11	11.449	80.402	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19 e 21	56.000	120.000
Outros créditos		2.898	3.140	Adiantamento de clientes		6.649	59.729
Total do ativo circulante		552.135	574.755	Total do passivo circulante		534.696	875.296
Impostos à recuperar	11	13.508	9.223	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	433.725	191.454
Ativo fiscal diferido	12	20.946	-	Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	18	495.796	374.457
Total do realizável a longo prazo		34.454	9.223	Instrumentos financeiros derivativos	27	157	-
Imobilizado	14	763.324	678.532	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	20	8.459	8.164
Intangíveis		2.250	1.860	Passivos fiscais diferidos	12	-	17.230
Direito de uso	15	721.578	682.188	Total do passivo não circulante		938.137	591.305
		1.487.152	1.362.580	Total do passivo		1.472.833	1.466.601
Total do ativo não circulante		1.521.606	1.371.803	Patrimônio líquido			
Total do ativo		2.073.741	1.946.558	Capital social	21	224.725	224.725
				Reservas de lucros		441.678	240.546
				Ajuste de avaliação patrimonial	27.b	(65.495)	14.686
				Total do patrimônio líquido		600.908	479.957
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.073.741	1.946.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Da Mata S.A. Açúcar e Álcool

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	22	1.556.410	993.312
Variação do valor justo do ativo biológico	13	5.604	41.353
Custos dos produtos vendidos	23	<u>(978.493)</u>	<u>(563.817)</u>
Lucro bruto		<u>583.521</u>	<u>470.848</u>
Despesas com vendas	23	(91.547)	(62.704)
Despesas administrativas e gerais	23	(28.820)	(27.770)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	<u>5.699</u>	<u>1.862</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>468.853</u>	<u>382.236</u>
Receitas financeiras	25	18.066	6.138
Despesas financeiras	25	(80.706)	(91.046)
Variações cambiais, líquidas	25	<u>7.893</u>	<u>(395)</u>
Financeiras líquidas		<u>(54.747)</u>	<u>(85.303)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>414.106</u>	<u>296.933</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(123.845)	(60.362)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	<u>(3.129)</u>	<u>(28.262)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>287.132</u>	<u>208.309</u>
Lucro básico e diluído por ação - em R\$	26	<u>1,31</u>	<u>0,95</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Da Mata S.A. Açúcar e Álcool
Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		287.132	208.309
Outros resultados abrangentes			
Perdas líquidas (diminuição) de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	27.b	<u>(80.181)</u>	<u>14.483</u>
Resultado abrangente total		<u>206.951</u>	<u>222.792</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Da Mata S.A. Açúcar e Álcool

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>Reservas de lucros</u>					Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Legal	Para investimentos	Incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		224.725	18.563	128.882	4.792	203	-	377.165
Ganhos líquidos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	27.b	-	-	-	-	14.483	-	14.483
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	208.309	208.309
Proposta para destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	21	-	10.415	-	-	-	(10.415)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(59.368)	(59.368)
Dividendos adicionais	21	-	-	-	-	-	(34.132)	(34.132)
Juros sobre capital próprio	21	-	-	-	-	-	(26.500)	(26.500)
Reserva para investimentos	21	-	-	77.894	-	-	(77.894)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		224.725	28.978	206.776	4.792	14.686	-	479.957
Perdas líquidas de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	27.b	-	-	-	-	(80.181)	-	(80.181)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	287.132	287.132
Proposta para destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	21	-	14.357	-	-	-	(14.357)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(56.000)	(56.000)
Juros sobre capital próprio	21	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Reserva para investimentos	21	-	-	186.775	-	-	(186.775)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		224.725	43.335	393.551	4.792	(65.495)	-	600.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Da Mata S.A. Açúcar e Álcool

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		287.132	208.309
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades			
Geradas pelas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	3.129	28.262
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.a	123.845	60.362
Constituição de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	20	295	860
Depreciação do ativo imobilizado	14	192.141	151.087
Amortização do intangível		688	619
Amortização - direito de uso	15	208.254	189.457
Consumo de ativo biológico	13	105.459	119.277
Variações nos ativos biológicos (valor justo)	13	(5.604)	(41.353)
Resultado líquido na baixa de imobilizado		(8.383)	(5.978)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	17	69.330	78.200
		976.286	789.102
Caixa proveniente das atividades operacionais			
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(14)	50.768
Estoques		153.907	(173.170)
Impostos a recuperar		64.668	(27.496)
Adiantamento a fornecedores		(25.121)	(7.389)
Outros créditos		242	692
Fornecedores		31.677	13.747
Salários e férias a pagar		(1.282)	207
Impostos e contribuições a recolher		1.134	954
Adiantamento de clientes		(53.080)	58.213
Imposto de renda e contribuição social pagos		(112.203)	(53.298)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	17	(99.974)	(72.113)
		936.240	580.217
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição do ativos biológicos	13	(122.241)	(100.979)
Aquisição do imobilizado	14	(278.175)	(278.701)
Venda de ativo imobilizado	24	9.625	6.064
Aquisição de intangível		(1.078)	(717)
		(391.869)	(374.333)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Custos de transação relacionados a debêntures	17	(2.742)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures tomados	17	459.000	170.000
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	17	(455.483)	(201.096)
Pagamento de arrendamentos e parcerias	18	(214.484)	(202.354)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	21	(150.000)	-
		(363.709)	(233.450)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos			
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		180.662	(27.566)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		15.154	42.720
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		195.816	15.154
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		180.662	(27.566)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Da Mata S.A. Açúcar e Alcool (“Companhia”), localizada no município de Valparaíso - SP, foi constituída em 27 de abril de 2006 e tem por atividade preponderante a fabricação e comercialização de etanol, açúcar VHP, cogeração de energia, levedura e outros derivados da cana-de-açúcar, bem como, o próprio cultivo da cana-de-açúcar.

Com histórico de moagem em contínuo crescimento, a Companhia esmagou na safra de 2024/2025 um volume de 3,96 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, das quais 86% são de lavouras próprias e parcerias agrícolas e 14% são de fornecedores terceiros.

Em 2024, foram plantados 12.152 hectares, dos quais 1.764 foram destinados a áreas de expansão da lavoura. Para 2025, a expectativa da administração é de plantar mais de 11.877 hectares, dos quais 1.800 hectares serão em áreas de expansão.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributário.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do comitê de pronunciamentos contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Diretores da Companhia em 21 de fevereiro de 2025.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização dos ativos biológicos de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração em sua gestão.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 05.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) Nota explicativa nº 12 - ativos e passivos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e base negativa possam ser utilizados;
- (ii) Nota explicativa nº 27 - instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 12 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota explicativa nº 13 - mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico;

Nota explicativa nº 14 - definição da vida útil do ativo imobilizado; e

Nota explicativa nº 20 - provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 27 - instrumentos financeiros; e

Nota explicativa nº 13 - mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico.

4 Mudança nas políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

A partir de 01 de janeiro de 2024 entrou em vigor o CPC 40 referentes a acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). A Administração avaliou e concluiu que não há impacto a ser refletido ou demonstrado nas demonstrações contábeis, uma vez que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há saldos de acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)

A partir de 01 de janeiro de 2024 entrou em vigor as alterações ao CPC 26 que introduziu mudanças na forma de tratamento de passivos circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants*. Tais alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade. A Companhia deve levar em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39.

5 Políticas contábeis materiais

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;

Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado, acrescido, para um item não mensurado os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de preço de *commodities*.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial e com depreciação, incorridos no período de entressafra, são acumulados no grupo de estoques e apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol por ocasião da colheita e da industrialização da cana-de-açúcar da safra seguinte.

O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas, líquidas (nota explicativa nº 09).

Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 – Estoques.

Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de “*impairment*”.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

Classe de imobilizado	Vida útil em anos média
Edifícios, dependências e benfeitorias	12 anos
Equipamentos industriais	10 anos
Instalações, máquinas e equipamentos	12 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Veículos	5 anos
Plantas portadoras	5 anos
Informática	3 anos
Outras imobilizações	6 anos
Máquinas e implementos agrícolas	5 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes VJORA; e

Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas estas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental à Companhia.

(ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativos imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(iii) *Passivos de arrendamento*

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

(iv) *Pagamento de arrendamentos*

Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(v) Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

h. Ativos biológicos

O ativo biológico refere-se às plantações de cana-de-açúcar que é mensurado pelo valor justo, excluindo o terreno sobre o qual é plantado, de acordo com o método de fluxo de caixa descontado.

Para a cana-de-açúcar, a Companhia utiliza os fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e são projetados de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada colheita, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos, os preços do açúcar total recuperável, produtividades estimadas e os custos estimados relacionados à produção, colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado.

Mudanças nos valores justos entre os períodos, bem como em sua amortização, são alocadas na demonstração do resultado na rubrica "Variação do valor justo do ativo biológico".

i. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

As provisões para perdas com ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira."

k. Provisão para ajuste do preço de cana

A cana de açúcar adquirida é valorizada com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de ATR - Açúcar Total Recuperável. O fator de ATR é calculado pela Companhia de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de cana de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - CONSECANA, cuja divulgação ocorre mensalmente, com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. A Companhia, com o objetivo de manter o saldo de fornecedores a valores próximos de sua exigibilidade, registra uma provisão para ajuste ao preço da cana na rubrica de fornecedores.

l. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

m. Lucro líquido por ação – básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

n. Receita de contrato com cliente

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza dos contratos com clientes, incluindo as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Açúcar e etanol	<p>A receita operacional de comercialização de açúcar e etanol no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.</p> <p>Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, levando-se em consideração, qualidade, especificação do produto, etc. As faturas são emitidas a cada negociação/embarque, normalmente são pagas antecipadas ou com prazo de até 15 dias.</p>	<p>A receita operacional é reconhecida quando: (a) as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (b) a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos; (c) a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens a serem transferidos; (d) o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e (e) for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente.</p>
Energia elétrica	<p>A produção de energia elétrica ocorre mediante processamento cana para a produção de açúcar e etanol. A energia elétrica excedente é disponibilizada para a concessionária de energia elétrica. As faturas são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em 10 dias.</p>	<p>A receita é reconhecida com base na quantidade de energia elétrica (em Megawatts) disponibilizada para a concessionária de energia elétrica, apurada ao final de cada mês.</p>
Levedura	<p>Os produtos de levedura, são provenientes de processos industriais na produção de etanol. O cliente obtém o controle desses produtos quando são despachados do depósito da usina. As faturas são emitidas a cada pedido de venda e normalmente são pagas em 20 dias.</p>	<p>A receita é reconhecida quando a mercadoria é despachada do depósito da usina.</p>
RenovaBio	<p>RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis do Brasil, que visa aumentar a produção de biocombustíveis e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. As negociações dos CBIOs acontecem na Bolsa de Valores (B3), onde são registradas todas as emissões e negociações.</p>	<p>A receita é reconhecida, após a venda e baixa dos estoques de CBIOs.</p>

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidas de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidos como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis;

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis;

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Indexador	Remuneração média ponderada		2024	2023
		2024	2023		
Caixa e bancos				2	6
Títulos e valores mobiliários					
Compromissada	CDI	90%	85%	59.975	13.679
Letra financeira	CDI	102%	104%	45.544	1.469
CDB DI - Corporate	CDI	103%	-	90.295	-
Total de caixa equivalente de caixa				<u>195.816</u>	<u>15.154</u>

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 27.

8 Contas a receber de clientes

Refere-se às contas a receber de clientes provenientes da venda de açúcar e etanol.

	2024	2023
Contas a receber - mercado interno	1.088	3.102
Contas a receber - mercado externo	<u>2.932</u>	<u>904</u>
	<u>4.020</u>	<u>4.006</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 27. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia contas a receber vencidas.

9 Estoques

	2024	2023
Produtos acabados	87.444	261.565
Custos a apropriar do período de entressafra	29.400	12.209
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	28.176	25.674
Renovabio - Cbios	<u>870</u>	<u>349</u>
	<u>145.890</u>	<u>299.797</u>

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, e são ajustados, quando necessário, por meio da provisão para redução aos valores de realização.

Os gastos com manutenção de entressafra são gastos incorridos na manutenção de equipamentos agrícolas e industriais que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte.

Renovabio – Cbios

A Política Nacional de Biocombustíveis – Renovabio, instituído pela Lei nº 13.576/17, faz parte da política energética nacional e tem como objetivo contribuir com a adequada relação de eficiência energética e redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

O programa Renovabio estabelece a obrigatoriedade das distribuidoras de combustíveis em comprar créditos na proporção de suas vendas de combustíveis fosseis, visando minimizar os impactos das emissões de carbono de suas atividades. Paralelamente os produtores de combustíveis renováveis, podem se certificar ar para emissão destes créditos de descarbonização (CBIOS).

A Companhia foi certificada em 15 de janeiro de 2020 no programa Renovabio e, em 15 de janeiro de 2020, firmou contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO para utilização da plataforma Cbios.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia havia 13.651 Cbios disponíveis para comercialização, (em 31 de dezembro de 2023 havia 3.931 Cbios disponíveis).

Durante o exercício, foram comercializados 207.552 Cbios (111.519 em 31 de dezembro de 2023), reconhecidos como receita líquida de vendas (nota explicativa nº 22).

10 Adiantamentos à fornecedores

	2024	2023
Adiantamento à fornecedores - cana-de-açúcar	9.347	5.600
Adiantamento à outros fornecedores	<u>18.245</u>	<u>2.314</u>
	<u>27.592</u>	<u>7.914</u>

Os adiantamentos são representados, substancialmente, por valores adiantados a fornecedores de cana, cuja entrega do produto ocorrerá durante a próxima safra.

11 Impostos à recuperar

	2024	2023
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (i)	3.209	51.153
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (sobre ativo fixo a recuperar)	8.546	5.517
PIS - Programa de Integração Social (i)	706	11.142
PIS - Programa de Integração Social (sobre ativo fixo a recuperar)	1.855	1.198
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (sobre ativo fixo a recuperar)	6.137	11.020
Reintegra	1.065	263
IRRF - retido na fonte	3.003	6.330
Outros	436	3.002
	24.957	89.625
Ativo circulante	11.449	80.402
Ativo não circulante	13.508	9.223

- (i) O consumo de PIS/COFINS no exercício de 2024, se referem a pedidos de PER/COMP - Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação para compensação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no regime de tributação no lucro real trimestral.

Os saldos de tributos a recuperar advêm, das operações normais da companhia, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

12 Ativo e passivo fiscais diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte natureza:

	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Reconhecidos no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Ativo				
Direito de uso	4.385	(1.598)	-	2.787
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.775	100	-	2.875
Provisão para perda de estoque	615	-	-	615
Outras provisões diferenças temporárias	182	274	-	456
	7.957	(1.224)	-	6.733
Passivo				
Ativos biológicos	(17.616)	(1.905)	-	(19.521)
Instrumentos financeiros derivativos – Nota explicativa 27.a	(7.571)	-	41.305	33.734
	(25.187)	(1.905)	41.305	14.213
Valor líquido	(17.230)	(3.129)	41.305	20.946

	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Reconhecidos no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Ativo				
Direito de uso	18.434	(14.049)	-	4.385
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.483	292	-	2.775
Provisão para perda de estoque	615	-	-	615
Outras provisões diferenças temporárias	628	(446)	-	182
	<u>22.160</u>	<u>(14.203)</u>	<u>-</u>	<u>7.957</u>
Passivo				
Ativos biológicos	(3.557)	(14.059)	-	(17.616)
Instrumentos financeiros derivativos - Nota explicativa 27.a	(105)	-	(7.466)	(7.571)
	<u>(3.662)</u>	<u>(14.059)</u>	<u>(7.466)</u>	<u>(25.187)</u>
Valor líquido	<u>18.498</u>	<u>(28.262)</u>	<u>(7.466)</u>	<u>(17.230)</u>

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>414.106</u>	<u>296.933</u>
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	(140.796)	(100.957)
(+) Adições e exclusões permanentes	(134)	(316)
(+) Benefícios fiscal Lei nº 13.576/2017	5.459	3.397
(+) Juros sobre capital próprio (Nota 19 b)	10.200	9.010
(+) Benefício fiscal – reintegra	434	242
(-) Outros	(2.137)	-
Total	<u>(126.974)</u>	<u>(88.624)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(123.845)	(60.362)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.129)	(28.262)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(126.974)</u>	<u>(88.624)</u>
Alíquota efetiva	<u>(31%)</u>	<u>(30%)</u>

13 Ativos biológicos

A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, em que seus ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo (nível 3) menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos cana-de-açúcar durante os exercícios é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>119.030</u>
Aumento devido a novos tratos	100.979
Amortização em ativos biológicos devido a vendas e consumo	(119.277)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	<u>41.353</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>142.085</u>
Aumento devido a novos tratos	122.241
Amortização em ativos biológicos devido a vendas e consumo	(105.459)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	<u>5.604</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>164.470</u>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

O preço estimado do ATR fosse maior (menor);

A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e

A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Lavouras de cana-de-açúcar

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 55.467 hectares de lavouras de cana-de-açúcar, a serem colhidos em 2025, localizadas no estado de São Paulo, as quais são mensuradas pelo seu valor justo.

O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safras).

As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, medida em toneladas e de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e

Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custo proporcional dos investimentos em plantio de lavouras, (ii) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (iii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar; (iv) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2024	2023
Área estimada de colheita (hectares)	55.467	55.808
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	74,67	81,24
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	138,66	136,22
Valor do Kg de ATR (R\$)	1,1776	1,2000
Taxa de desconto - % ao ano	8,98%	12,84%

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações.

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos e estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de extração com a oferta e demanda do mercado. A administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço da Companhia esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de extração estejam consistentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde do canavial e análises de doenças e pragas, bem como adequando manejo, cultivando variedades resistentes aos riscos, o qual estão sendo considerados nas premissas de produtividade esperada para a próxima safra. A Companhia também se assegura contra desastres naturais.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de dezembro de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 69.315. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 65.934.

14 Imobilizado

	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos industriais	Instalações, máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Terrenos	Outras imobilizações	Máquinas e implementos agrícolas	Obras em andamento	Adiantamentos à fornecedores	Plantio de cana	Total
Custo													
Em 31 de dezembro de 2022	<u>63.747</u>	<u>356.308</u>	<u>65.028</u>	<u>2.024</u>	<u>58.067</u>	<u>5.311</u>	<u>322</u>	<u>2.537</u>	<u>163.438</u>	<u>21.252</u>	<u>-</u>	<u>990.932</u>	<u>1.728.966</u>
Adições	-	2.035	-	81	4.491	120	-	169	55.974	31.200	38.074	147.573	279.717
Baixas	-	(59)	-	-	(5.522)	(374)	-	(1)	(6.277)	-	-	-	(12.233)
Transferências	(1.464)	10.194	-	-	-	-	-	-	(8.991)	(20.705)	-	20.966	-
Transferências para outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.016)	-	-	(1.016)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>62.283</u>	<u>368.478</u>	<u>65.028</u>	<u>2.105</u>	<u>57.036</u>	<u>5.057</u>	<u>322</u>	<u>2.705</u>	<u>204.144</u>	<u>30.731</u>	<u>38.074</u>	<u>1.159.471</u>	<u>1.995.434</u>
Adições	-	1.517	-	69	3.021	258	-	220	41.415	122.115	(38.074)	147.634	278.175
Baixas	-	(20)	-	(1)	(3.865)	(83)	-	(10)	(21.995)	-	-	-	(25.974)
Transferências	46.861	69.892	-	-	-	148	-	-	367	(125.543)	-	8.275	-
Em 31 de dezembro de 2024	<u>109.144</u>	<u>439.867</u>	<u>65.028</u>	<u>2.173</u>	<u>56.192</u>	<u>5.380</u>	<u>322</u>	<u>2.915</u>	<u>223.931</u>	<u>27.303</u>	<u>-</u>	<u>1.315.380</u>	<u>2.247.635</u>
Depreciação													
Em 31 de dezembro de 2022	<u>(41.602)</u>	<u>(255.213)</u>	<u>(64.297)</u>	<u>(1.770)</u>	<u>(39.377)</u>	<u>(4.982)</u>	<u>-</u>	<u>(1.532)</u>	<u>(116.953)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(652.236)</u>	<u>(1.177.962)</u>
Depreciação do exercício	(2.725)	(23.713)	(256)	(59)	(6.852)	(157)	-	(215)	(16.971)	-	-	(100.139)	(151.087)
Baixas	-	51	-	-	5.451	374	-	1	6.270	-	-	-	12.147
Transferências	574	-	-	-	-	-	-	-	3.045	-	-	(3.619)	-
Em 31 de dezembro de 2023	<u>(43.753)</u>	<u>(278.875)</u>	<u>(64.553)</u>	<u>(1.829)</u>	<u>(40.778)</u>	<u>(4.765)</u>	<u>-</u>	<u>(1.746)</u>	<u>(124.609)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(755.994)</u>	<u>(1.316.902)</u>
Depreciação do exercício	(3.029)	(23.990)	(238)	(63)	(6.836)	(163)	-	(220)	(25.055)	-	-	(132.547)	(192.141)
Baixas	-	1	-	1	3.759	83	-	10	20.878	-	-	-	24.732
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	<u>(46.782)</u>	<u>(302.864)</u>	<u>(64.791)</u>	<u>(1.891)</u>	<u>(43.855)</u>	<u>(4.845)</u>	<u>-</u>	<u>(1.956)</u>	<u>(128.786)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(888.541)</u>	<u>(1.484.311)</u>
Valor contábil													
Em 31 de dezembro de 2023	<u>18.530</u>	<u>89.603</u>	<u>475</u>	<u>276</u>	<u>16.258</u>	<u>292</u>	<u>322</u>	<u>959</u>	<u>79.535</u>	<u>30.731</u>	<u>38.074</u>	<u>403.477</u>	<u>678.532</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>62.362</u>	<u>137.003</u>	<u>237</u>	<u>282</u>	<u>12.337</u>	<u>535</u>	<u>322</u>	<u>959</u>	<u>95.145</u>	<u>27.303</u>	<u>-</u>	<u>426.839</u>	<u>763.324</u>

Imobilizado dado em garantia

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, parcela insignificativa do ativo imobilizado da Companhia está garantindo operações de financiamentos de Finames no montante de R\$ 1.660 e junto às instituições financeiras divulgadas na nota explicativa nº 17.

Análise do valor de recuperação

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Obras em andamento e adiantamentos a fornecedores

O saldo de obras em andamento refere-se substancialmente aos gastos incorridos nas adequações industriais, e aos projetos do plano de irrigação, incremento na fábrica de açúcar, os quais serão encerrados em sua grande maioria no exercício 2025.

15 Direito de uso

A movimentação do direito de uso a seguinte:

Direito de uso	Parceria agrícola
Em 31 de dezembro de 2022	721.720
(-) Amortizações	(189.457)
Novos contratos e renovações	92.853
Remensurações	<u>57.072</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>682.188</u>
(-) Amortizações	(208.254)
Novos contratos e renovações	193.114
Remensurações	<u>54.530</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>721.578</u>

O direito de uso sobre parceria agrícola referem-se contratos tipificados pelo Estatuto da terra como parceria agrícola, que apesar de não se tratarem de arrendamento mercantil, foram incluídos por conterem condições previstas na norma CPC 06 (R2) Arrendamentos.

16 Fornecedores

	2024	2023
Passivo circulante		
Fornecedores de cana-de-açúcar (ii)	14.751	15.365
Fornecedores de bens e serviços (i)	<u>67.480</u>	<u>35.189</u>
	<u>82.231</u>	<u>50.554</u>

- (i) O saldo de fornecedores de bens e serviços referem-se a compras de materiais, insumos, serviços e equipamentos.
- (ii) Os valores a pagar a fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o eventual complemento de preço calculado com base no preço final de safra, que utiliza o índice do ATR - Açúcar Total Recuperado divulgado pelo CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras obrigações é divulgada na nota explicativa nº 27

17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 27 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

As taxas de financiamentos e os prazos de vencimentos das operações estão assim distribuídos:

a. Composição

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2024	2023
Crédito exportação	R\$	Taxa pós-fixada	CDI + 1,50%	2026	101.391	176.372
Debêntures	R\$	Taxa pós-fixada	CDI + 1,19%	2032	315.442	-
Custos de transação relacionados a debêntures					(2.742)	-
Cédula de crédito rural (CPR Financeira)	R\$	Taxa pós-fixada	CDI + 1,20%	2025 a 2026	113.284	375.348
Custeio agrícola	R\$	Taxa pré-fixada	6,00%	2026	1.660	2.489
Finame	R\$	Taxa pré-fixada	5,98%	2024	-	4.695
					<u>529.035</u>	<u>558.904</u>
Passivo circulante					95.310	367.450
Passivo não circulante					433.725	191.454

b. Garantias

Foram concedidos como garantia dos empréstimos e financiamentos:

- (1) Aval dos acionistas

c. Covenants de empréstimos e financiamentos

A Companhia possui contratos de empréstimo e financiamento com cláusula contratual restritiva exigindo a manutenção de certos índices financeiros anualmente (limite na relação dívida líquida/EBITDA e liquidez corrente).

- (i) Banco do Brasil na modalidade de crédito de exportação no montante R\$ 100.000.

As principais cláusulas restritivas do contrato descrito acima são as seguintes:

Dívida Líquida / EBITDA $\leq 3x$

Liquidez Corrente $>+ 1,39$ - onde o Índice de Liquidez Corrente": Ativos Curto Prazo / Passivos Curto Prazo, sendo que "Direitos de Uso" e "Arrendamentos e Parcerias Agrícolas a Pagar" serão considerados como itens de Longo Prazo

(ii) **Debêntures**

De acordo com os termos e condições definidos no Instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública da Da Mata S.A Açúcar e Alcool, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”) e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, tendo em vista o enquadramento do projeto de investimento com objetivo de custear os investimentos necessários nas atividades de formação, renovação e manutenção de ativos biológicos, colheita e transporte de cana-de-açúcar para produção de etanol nas safras de 2022, 2023 e 2024, na usina localizada no Município de Valparaíso, no Estado de São Paulo, foram emitidas 299.000. (duzentos e noventa e nove mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária com valor Nominal Unitário. As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). A totalidade do contrato está indexado a taxa de CDI + 1,19% a.a. através do instrumento de *Swap* de Fluxo de Caixa junto ao Banco Itaú S.A. O contrato está reconhecido na rubrica de Empréstimos, financiamentos e debêntures.

A partir da data de emissão, o valor nominal unitário atualizado será amortizado em 06 (seis) parcelas anuais e consecutivas, a partir de janeiro de 2027.

Garantias e cláusulas restritivas (“covenants”)

Debêntures

Para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações assumidas, os acionistas fiadores Alexandre Grendene Bartelle, AGP Negócios e Participações S/A e Brasif S/A Administração e Participações, prestam fiança em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, na 1ª emissão.

As principais cláusulas restritivas do contrato descrito acima são as seguintes:

Dívida Líquida / EBITDA $\leq 3x$

Liquidez Corrente $>+ 1,39$ - onde o Índice de Liquidez Corrente”: Ativos Curto Prazo / Passivos Curto Prazo, sendo que "Direitos de Uso" e "Arrendamentos e Parcerias Agrícolas a Pagar" serão considerados como itens de Longo Prazo

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 3.042 e o saldo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 2.742.

d. Valor justo, movimentações e cronograma de pagamentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima substancialmente do seu valor contábil em função da exposição a taxas de juros variáveis e a variação irrelevante do risco de crédito da Companhia.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Saldo inicial	558.904	583.913
Captações	459.000	170.000
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	69.330	78.200
Amortização do principal	(455.483)	(201.096)
Custos de transação relacionados a debêntures	(2.742)	-
Pagamento de juros	(99.974)	(72.113)
Saldo final	<u>529.035</u>	<u>558.904</u>

Os montantes a curto prazo e longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	2024	2023
2024	-	367.450
2025	95.310	114.133
2026	137.467	77.321
2027 a 2032	296.258	-
	<u>529.035</u>	<u>558.904</u>

18 Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia chegou a sua taxa incremental nominal, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica, taxa média 8,65% a.a, (9,70%a.a. em 2023)

A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita, de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

Os compromissos valorizados pelo CONSECANA de 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim determinados:

	Saldos dos compromissos de parcerias	Saldo de adiantamento efetuados	Ajuste a valor presente da parceria	Total
Em 31 de dezembro de 2023	1.034.653	(61.777)	(352.465)	620.411
Novos contratos	67.469	-	125.645	193.114
Remensurações	19.051	-	35.479	54.530
Compensação dos adiantamentos	-	(13.641)	-	(13.641)
(-) Pagamentos efetuados	(214.484)	-	-	(214.484)
Apropriação encargos financeiros	-	-	8.197	8.197
Em 31 de dezembro de 2024	<u>906.688</u>	<u>(75.418)</u>	<u>(183.143)</u>	<u>648.127</u>
Circulante				152.331
Não circulante				<u>495.796</u>
				<u>648.127</u>

Parceria agrícola a pagar	Saldos dos compromissos de parcerias	Saldo de adiantamento efetuados	Ajuste a valor presente da parceria	Total
Em 31 de dezembro de 2022	1.038.977	(40.252)	(317.258)	681.467
Novos contratos	92.854	-	(31.488)	61.366
Remensurações	105.176	-	(16.615)	88.561
Compensação dos adiantamentos	-	(21.525)	-	(21.525)
(-) Pagamentos efetuados	(202.354)	-	-	(202.354)
Apropriação encargos financeiros	-	-	12.896	12.896
Em 31 de dezembro de 2023	1.034.653	(61.777)	(352.465)	620.411
Circulante				245.954
Não circulante				374.457
				620.411

Os saldos estimados de parceria agrícola a pagar no curto e longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

	2024	2023
2024	-	245.954
2025	152.331	110.142
2026	166.643	95.913
2027	135.137	70.029
2028	105.783	65.930
2029 a 2039	88.233	32.443
	648.127	620.411

19 Partes relacionadas

a. Controladora

As partes controladoras finais da Companhia são Alexandre Grendene Bartelle e Brasif Invest Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave

A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa foi de R\$11.436 (R\$10.867 em 2023). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Passivos	2024		2023	
	Saldos	Resultado	Saldos	Resultado
Arrendamento/parceria de terras				
- AGB Montebeluna Agrícola Ltda.	286.882	(53.052)	344.910	(53.251)
- Brasif S/A Administração e Participações	4.682	(1.371)	2.278	(1.381)
- Pessoa física	49.291	(9.858)	-	(10.162)
	340.855	(64.281)	347.188	(64.794)

Todos os passivos referem-se aos saldos de adiantamentos efetuados para o fornecimento de cana. Os contratos de parceria agrícola e as compras de cana-de-açúcar (fornecedores) foram efetuados em condições similares aos contratos firmados com terceiros e estão classificadas na rubrica de “Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar”.

d. Principais saldos e transações que afetaram o patrimônio líquido

Passivos	2024		2023	
	Saldos	Patrimônio líquido	Saldos	Patrimônio líquido
Dividendos				
- AGP Negócios e Participações S.A.	-	-	46.750	-
- Brasif Invest Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	28.000	-	46.750	-
- Alexandre Grendene Bartelle	28.000	-	-	-
	56.000	-	93.500	-
Juros sobre capital próprio a pagar				
- AGP Negócios e Participações S.A.	-	(12.000)	13.250	-
- Brasif Invest Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	(15.000)	13.250	-
- Alexandre Grendene Bartelle	-	(3.000)	-	-
	-	(30.000)	26.500	-
	56.000	(30.000)	120.000	-

20 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações trabalhistas em curso, como se segue:

A movimentação ocorrida nos exercícios foi a seguinte:

	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.056	1.248	7.304
Adição	500	360	860
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.556	1.608	8.164
Adição	1.388	-	1.388
Baixa	-	(1.093)	(1.093)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.944	515	8.459

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$415 (R\$2.168 em 31 de dezembro de 2023). Para os quais nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social era de R\$ 224.725, totalmente subscrito, representado por 219.725.126 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, como apresentado abaixo:

	31 de dezembro de 2024		
	R\$	Participação acionária %	Número de ações
Acionista			
Alexandre Grendene Bartelle	112.363	50	109.862.563
Brasif Invest Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	112.363	50	109.862.563
Total	224.725	100	219.725.126

b. Destinação do lucro líquido

O estatuto social da Companhia prevê a destinação do lucro, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral de acionistas, em: (a) 5% para constituição de reserva legal; (b) 30% para dividendos mínimos obrigatórios; e (c) 65% para constituição de Reserva de investimentos.

Em 11 de dezembro de 2024, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleias Gerais Extraordinárias, deliberaram aprovar a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 30.000. As deliberações de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais deverão ser contabilizados e amortizados oportunamente em Assembleia Geral Ordinária que avaliar, discutir e aprovará as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, com as observações quanto a destinação dos recursos para reserva de capital e outras rubricas estatutárias pertinentes e de natureza obrigatória, dentro dos limites dos resultados efetivamente apurados.

No decorrer do exercício de 2024, ocorreu o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante de R\$ 120.000, referente ao resultado de 2023, conforme aprovação na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2023, totalizando o montante de R\$ 150.000 de juros sobre capital próprio e dividendos.

Com base nessa aprovação, a destinação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	<u>287.132</u>	<u>208.309</u>
(-) Reserva legal (5%)	(14.357)	(10.415)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	272.775	197.894
Dividendos mínimos obrigatórios	30%	30%
Dividendo anual mínimo obrigatório	(56.000)	(59.368)
Dividendo adicional (AGE 20 de dezembro de 2023)	-	(34.132)
Juros sobre capital próprio (AGE 11 de dezembro de 2024)	<u>(30.000)</u>	<u>(26.500)</u>
Saldo destinado para a reserva de investimentos	<u>186.775</u>	<u>77.894</u>

Nos termos do art. 199 da Lei nº.6404/76, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui excesso de reservas sobre o capital, o que será deliberado pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária, quando da aprovação das demonstrações financeiras.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se às parcelas da subvenção - produzir refletidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e transferidas para a rubrica “Reserva de incentivos fiscais”, observando o disposto no artigo 5 da Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022.

Reserva de investimentos

É constituída com a finalidade de financiar expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio de subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, sendo que nos termos do artigo 25 do Estatuto Social é formado por 20% do lucro líquido do exercício e não pode ultrapassar 80% do capital social. Em 2024, a Companhia destinou 65% do lucro do exercício para formação de reserva de investimento, face aos investimentos planejados para os próximos exercícios.

Ajuste de avaliação patrimonial

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O saldo mencionado é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorrerem os vencimentos/embarques das operações correlatas, nota explicativa 27. (b).

22 Receita operacional líquida

Veja políticas contábeis na nota explicativa nº 05.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Nota	2024	2023
Venda de produtos no mercado interno			
Etanol		417.317	255.409
Energia elétrica		33.055	22.834
Outros		<u>30.027</u>	<u>34.200</u>
		<u>480.399</u>	<u>312.443</u>
Venda de produtos no mercado externo			
Açúcar VHP		1.276.297	712.238
Resultado com derivativos (*)	27.a	<u>(115.178)</u>	<u>6.660</u>
		<u>1.161.119</u>	<u>718.898</u>
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas		<u>(85.108)</u>	<u>(38.029)</u>
Total da receita líquida		<u>1.556.410</u>	<u>993.312</u>

(*) Referem-se ao resultado nas operações de contratos a termo NDFs, que estão expostas a *hedge accounting*, conforme nota explicativa 5.(c).(v).

23 Custos e despesas por natureza

	2024	2023
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(51.818)	(10.466)
Mudança de valor justo dos ativos biológicos	57.422	51.819
Serviços de terceiros	(14.363)	(7.103)
Fretes sobre vendas	(82.307)	(61.621)
Despesas com pessoal	(43.696)	(33.591)
Matéria-prima e insumos consumidos	(377.229)	(168.262)
Amortização do direito de uso	(208.254)	(189.457)
Depreciação e amortização (incluindo os ativos biológicos colhidos)	(324.059)	(205.853)
Outras despesas	<u>(54.556)</u>	<u>(29.755)</u>
Total	<u>(1.098.860)</u>	<u>(654.291)</u>
Custo dos produtos vendidos	(978.493)	(563.817)
Despesas com vendas	(91.547)	(62.704)
Despesas administrativas e gerais	<u>(28.820)</u>	<u>(27.770)</u>
Total	<u>(1.098.860)</u>	<u>(654.291)</u>

24 Outras receitas (despesas) operacionais

	2024	2023
Receitas		
Sucata e materiais	1.776	1.209
Ganho na venda de ativo - imobilizado	9.625	5.978
Venda de óleo diesel	-	287
Recuperação de impostos - reintegra	1.276	712
Outras receitas	-	17
	<u>12.677</u>	<u>8.203</u>
Total das receitas		
Despesas		
Custo da baixa de ativo imobilizado	(199)	(86)
Outras despesas	(6.779)	(6.255)
Total das despesas	<u>(6.978)</u>	<u>(6.341)</u>
Líquido	<u>5.699</u>	<u>1.862</u>

25 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Resultado de aplicações financeiras	10.926	4.056
Descontos obtidos	41	535
Juros recebidos e auferidos	7.099	1.547
	<u>18.066</u>	<u>6.138</u>
Total das receitas financeiras		
Despesas financeiras		
Juros apropriados sobre Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(69.330)	(78.200)
Ajuste a valor presente	(8.197)	(12.846)
Outras despesas financeiras	(3.179)	-
	<u>(80.706)</u>	<u>(91.046)</u>
Total das despesas financeiras		
Variação cambial e monetária		
Variação cambial positiva	15.540	5.174
Variação cambial negativa	(7.647)	(5.569)
	<u>7.893</u>	<u>(395)</u>
Variações cambiais, líquidas		
Financeiras líquidas	<u>(54.747)</u>	<u>(85.303)</u>

26 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	287.132	208.309
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício (milhares)	219.725	219.725
	<u>1,31</u>	<u>0,95</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$		

27 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Da Mata S.A. Açúcar e Alcool
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

	Nota	Valor contábil			Valor justo				
		Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2024									
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	195.816	-	195.816	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	8	-	-	4.020	4.020	-	-	-	-
Outros créditos		-	-	2.898	2.898	-	-	-	-
		-	195.816	6.918	202.734	-	-	-	-
Passivos financeiros									
Fornecedores	16	-	-	82.231	82.231	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	529.035	529.035	-	-	-	-
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	18	-	-	648.127	648.127	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	27	99.229	-	-	99.229	-	99.229	-	99.229
Dividendos e Juros sobre capital próprio	19	-	-	56.000	56.000	-	-	-	-
Adiantamento de clientes		-	6.649	-	6.649	-	-	-	-
Total		99.229	6.649	1.315.393	1.421.271	-	99.229	-	99.229
31 de dezembro de 2023									
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	15.154	-	15.154	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	27	22.257	-	-	22.257	-	22.257	-	22.257
Contas a receber de clientes	8	-	-	4.006	4.006	-	-	-	-
Outros créditos		-	-	3.140	3.140	-	-	-	-
		22.257	15.154	7.146	44.557	-	-	-	-
Passivos financeiros									
Fornecedores	16	-	-	50.554	50.554	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	558.904	558.904	-	-	-	-
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	18	-	-	620.411	620.411	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio	19	-	-	120.000	120.000	-	-	-	-
Adiantamento de clientes		-	59.729	-	59.729	-	-	-	-
Total		-	59.729	1.349.869	1.409.598	-	-	-	-

Os instrumentos financeiros derivativos descritos no quadro acima são classificados como nível 2.

b. Instrumentos financeiros derivativos

Em 2024, visando a proteção de oscilações cambiais, a Companhia também contratou operações de *NDF - Non deliverable forward*, para entregas relativas ao exercício de 2025, com valor equivalente a USD175.500 mil, a atualização dos valores foi feita com base na posição *Mark-to-Market (MtM)* de 31 de dezembro de 2024, e corresponde a R\$(99.229).

O resultado dos instrumentos financeiros está apresentado por categoria, conforme quadro abaixo:

	Nota	2024	2023
Valor justo por meio de resultado			
Resultado com derivativos (NDFs) (i)	27	<u>(115.178)</u>	<u>6.660</u>
Líquido		<u>(115.178)</u>	<u>6.660</u>

(i) Reflexo da oscilação do dólar.

Estimativa de realização

Nas informações contábeis atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	Nota	2024	2023
Instrumentos financeiros			
Derivativos de câmbio - opções (NDFs) (i)		(99.229)	22.257
Tributos diferidos	12	<u>33.734</u>	<u>(7.571)</u>
		<u>(65.495)</u>	<u>14.686</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, foram fixados em Dólares americanos (USD) um volume de 436.000 mil toneladas de açúcar, para safra 2025/2026, que representa um aumento de mais de 95% na exposição, comparado ao mesmo de período de 2023, onde foram fixados volume de 255.553 toneladas de açúcar, esse fator ocasionou aumento nas NDF's no período atual

Reconciliação dos efeitos líquidos do valor justo das operações com reflexo na posição patrimonial

	2024	2023
Instrumentos financeiros efeito fluxo de caixa		
Saldo inicial - derivativos de câmbio - opções (NDFs)	14.686	203
Perdas líquidas de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	<u>(80.181)</u>	<u>14.483</u>
	<u>(65.495)</u>	<u>14.686</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reconhecido no balanço patrimonial da Companhia.

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de venda contida no *budget* oficial da Companhia. Tais operações consistem na fixação de preços de moeda através da utilização de NDFs (*Non Deliverable Forwards*), conforme tabela a seguir:

NDF - Moeda							
Saldos passivo							
Vencimento	Tipo operacional	Valor notional (em milhares de USD)	Valor notional (em milhares R\$)	futura	MTM	Valor justo	
30/04/2025	Venda	3.500	19.368	5,5336	6,3179	(2.634)	
30/05/2025	Venda	18.700	109.862	5,8750	6,3625	(8.647)	
30/06/2025	Venda	23.300	136.969	5,8785	6,4075	(11.554)	
31/07/2025	Venda	24.600	143.542	5,8350	6,4587	(14.187)	
29/08/2025	Venda	23.500	137.678	5,8586	6,5105	(13.988)	
30/09/2025	Venda	22.500	133.524	5,9344	6,5642	(12.765)	
31/10/2025	Venda	23.000	136.250	5,9239	6,6183	(14.187)	
28/11/2025	Venda	23.000	138.544	6,0237	6,6648	(12.942)	
31/12/2025	Venda	12.900	77.240	5,9876	6,7192	(8.167)	
29/05/2026	Venda	500	3.300	6,6000	6,9851	(157)	
Total		175.500	1.036.277			(99.228)	

c. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez;

Risco de mercado; e

Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. Para minimizar esses riscos, os softwares da Companhia possuem travas, permitindo que haja faturamento para o cliente, se a sua situação com o financeiro estiver livre de inadimplência.

Exposição a riscos de créditos de liquidez por contraparte

A concentração por contraparte para as operações que geram risco de crédito e risco de liquidez na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	Contraparte	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	Bancos diversos	195.816	15.154
Contas a receber de clientes	Diversos	4.020	4.006

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco que mensura se a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Esse risco está 100% gerenciado pela Companhia, que assume uma abordagem na administração de liquidez, garantindo que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão do fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2024					
	Valor contábil	Fluxo de caixa não descontado	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	82.231	82.231	82.231	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	529.035	720.785	140.472	185.699	221.509	173.105
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	648.127	906.689	200.421	189.892	313.863	202.512
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	56.000	56.000	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	99.229	99.229	99.072	157	-	-
	1.414.622	1.864.934	522.196	375.748	535.372	375.617

	2023					
	Valor contábil	Fluxo de caixa não descontado	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	50.554	50.554	50.554	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	558.904	614.082	291.035	107.563	132.152	83.332
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	620.411	867.810	193.353	153.893	239.251	114.266
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	120.000	120.000	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	<u>(22.257)</u>	<u>(22.257)</u>	<u>(22.257)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.327.612</u>	<u>1.630.189</u>	<u>512.685</u>	<u>261.456</u>	<u>371.403</u>	<u>197.598</u>

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações sobre os preços das *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro de parâmetros aceitáveis, definidos pela Administração.

A Companhia compra e vende derivativos e cumpre com as obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração e constantes da Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A Companhia opera com derivativos de *commodities* para minimizar a variabilidade do seu resultado causada pelo reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de *commodities* nas Bolsas Internacionais (ICE/NYBOT) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ.

As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição ocorre dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de *hedge* de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é monitorada e baseada no limite de risco pré-estabelecido pela Administração.

A totalidade dos produtos comercializados são produzidos pela própria Companhia.

O açúcar é comercializado no mercado externo, e o preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ e pelo preço do açúcar *Sugar #11/ICE* da Bolsa de Nova York. Isso faz com que estes sejam os principais fatores de risco do portfólio. A exposição líquida (que considera o açúcar produzido com cana de açúcar própria) é gerenciada por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar *Sugar #11/ICE* (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa e é monitorada por meio dos limites de risco pré-estabelecidos na Política de Gestão de Riscos pela Administração.

O etanol é comercializado no mercado interno, e o seu preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ. Isso faz com que este seja o principal fator de risco deste portfólio. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites pré-estabelecidos pela Administração, bem como com a definição de volumes de vendas em períodos que devem acompanhar a formação de preço do ESALQ.

A Companhia utiliza basicamente duas categorias de instrumentos para controle da exposição de *commodities*:

- (i) Contratos derivativos futuros negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (ICE/NYBOT e BM&F) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (*Non Deliverable Forward*), opções e acumuladores permitidos em Política.
- (ii) Contratos a termo negociados diretamente com clientes.
 O valor justo dos contratos derivativos futuros e de opções em bolsa é equivalente ao valor de mercado para a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial.

Para os contratos de balcão, a mensuração pelo valor justo é dada pela diferença entre preços fixados na contratação e seus respectivos valores de mercado. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia como pelos bancos que intermediam as operações. Existem limites concedidos pelas instituições e só haverá necessidade de depósitos de margem caso o ajuste seja superior ao limite concedido. Assim, o principal impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá no momento da liquidação.

Risco cambial

A administração estabeleceu política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar o risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas (“NDFs”). A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações - Nota Explicativa nº 27.

	Nota	2024	2023
Exposição em dólar - ativa			
Contas a receber	8	2.932	904
Termo de moeda - NDF	27.a	<u>(99.229)</u>	<u>22.257</u>
Total		<u>(96.297)</u>	<u>23.161</u>

Análise de sensibilidade

Uma apreciação (desvalorização) razoavelmente possível do Real e USD contra todas as outras moedas em 31 de dezembro teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado para a variação cambial do dólar, esperada para o próximo período, considerando o vencimento de cada operação. Para os cenários de alta, foram considerados um aumento de 25% e 50%, respectivamente, sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários provável, alta e baixa:

Cenários	Alta		Baixa	
	25%	50%	25%	50%
Taxa cambial prevista (R\$/US\$)	R\$ 7,76	R\$ 9,31	R\$ 4,66	R\$ 3,10
Contas a receber	733	1.466	(733)	(1.466)
Exposição líquida	733	1.466	(733)	(1.466)

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Instrumentos de taxa variável	Valor contábil	
	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	195.814	15.154
Passivos financeiros Empréstimos, financiamentos e debêntures	529.035	558.904

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações de taxas de juros aos quais a Companhia está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam nos resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2024.

Dessa forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

Análise de sensibilidade		Cenário I			Cenário II			Cenário III				
		Taxa	Incremento taxa 25%	Deterioração taxa 25%	Incremento taxa 50%	Deterioração taxa 50%						
2024												
Aplicações financeiras												
Caixa e equivalente de caixa	CDI (*)	195.814	10,88%	21.305	13,60%	26.630	8,16%	15.978	16,32%	31.957	5,44%	10.652
		195.814		21.305		26.630		15.978		31.957		10.652
Empréstimos, financiamentos e debêntures												
Empréstimos, financiamentos e debêntures contratos variáveis	CDI (*)	529.035	10,88%	57.559	13,60%	71.935	8,16%	43.183	16,32%	86.367	5,44%	28.808
		<u>529.035</u>		<u>57.559</u>		<u>71.935</u>		<u>43.183</u>		<u>86.367</u>		<u>28.808</u>
Efeito líquido		<u>(333.221)</u>		<u>(36.254)</u>		<u>(45.305)</u>		<u>(27.205)</u>		<u>(54.410)</u>		<u>(18.156)</u>
2023												
Aplicações financeiras												
Caixa e equivalente de caixa	CDI (*)	15.154	11,65%	1.765	14,56%	2.206	8,74%	1.324	17,48%	2.648	5,83%	883
		15.154		1.765		2.206		1.324		2.648		883
Empréstimos e financiamentos												
Financiamento contratos variáveis	CDI (*)	558.904	11,65%	65.112	14,56%	81.376	8,74%	48.848	17,48%	97.696	5,83%	32.584
		<u>558.904</u>		<u>65.112</u>		<u>81.376</u>		<u>48.848</u>		<u>97.696</u>		<u>32.584</u>
Efeito líquido		<u>(543.750)</u>		<u>(63.347)</u>		<u>(79.170)</u>		<u>(47.524)</u>		<u>(95.048)</u>		<u>(31.701)</u>

(*) Fonte: conforme CDI extraída o site da Cetip com a data-base do último dia útil de dezembro de 2024 e dezembro de 2023.

As operações estão atreladas à variação da taxa de juros pós-fixada CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Para efeito de análise de sensibilidade, a Companhia adotou a taxa vigente no último dia da apuração das demonstrações financeiras, para o Cenário I. Para o Cenário II, aplicou-se o incremento e a deterioração em 25% e, para o Cenário III, em 50%, somente na parcela variável (CDI) das taxas contratadas.

(iv) *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e ainda evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

Documentação de controles e procedimentos, rotina de auditoria interna;

Treinamento e desenvolvimento profissional;

Acompanhamento mensal do *Budget*; e

Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Instrumentos financeiros designados para *hedge accounting*

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de venda contida no *budget* oficial da Companhia.

A partir do ano safra 2016, a Companhia designou formalmente para *hedge accounting* de fluxos de caixa os derivativos para cobertura das suas receitas futuras de exportações, altamente prováveis, em dólares com objetivo de se proteger da volatilidade das receitas de suas exportações em decorrência dos momentos desfavoráveis na taxa de câmbio.

A estrutura de *hedge accounting* consiste na cobertura de uma transação prevista, caracterizada como altamente provável, de exportação a fixar em moeda estrangeira (dólar americano USD), contra o risco de flutuação de taxa de câmbio USD vs BRL, usando como instrumento de cobertura derivativos como *NDF (Non-Deliverable Forward)*, em valores e vencimentos equivalentes ao *budget* de venda.

As transações para as quais a Companhia fez a designação de *hedge accounting*, são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar lucros e perdas e são altamente efetivas em atingir as variações cambiais ou fluxo de caixa atribuível ao risco coberto.

Instrumentos de proteção designados para *hedge accounting* e períodos previstos do fluxo de caixa das exportações

Item de <i>hedge</i>			US\$	US\$
	Budget em US\$ (total)	Budget em US\$ (<i>hedgeado</i>)	NDF	Total instrumentos
Data prevista				
30/04/2025	-	3.500	3.500	3.500
30/05/2025	1.052	18.700	18.700	18.700
30/06/2025	24.248	23.300	23.300	23.300
31/07/2025	26.127	24.600	24.600	24.600
29/08/2025	27.755	23.500	23.500	23.500
30/09/2025	27.993	22.500	22.500	22.500
31/10/2025	27.674	23.000	23.000	23.000
28/11/2025	26.692	23.000	23.000	23.000
31/12/2025	21.728	12.900	12.900	12.900
	183.269	175.000	175.000	175.000

28 Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades.

Em concordância com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, arrendamentos e parceria agrícola a pagar (incluindo curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

O índice de alavancagem financeira da Companhia em 31 de dezembro é apresentado a seguir:

	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	529.035	558.904
Arrendamentos e parceria agrícolas a pagar	648.127	620.411
(-) Caixa e equivalentes a caixa	<u>(195.816)</u>	<u>(15.154)</u>
(=) Dívida líquida (A)	<u>981.346</u>	<u>1.164.161</u>
Total do patrimônio líquido (B)	600.908	479.957
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (A)/(B)	1,63	2,43

29 Compromissos

Compromisso de compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar com terceiros, com a finalidade de garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

Compromisso de venda açúcar e etanol.

A Companhia possui compromissos para a próxima safra, firmados com clientes para o fornecimento tanto no mercado interno quanto no mercado externo de produtos acabados.

Possui ainda compromissos firmados para a próxima safra com fornecedores para aquisição de insumos agrícolas e industriais.

* * *

Luiz Augusto Resende Nascimento
Diretor Superintendente

Aliana Batista
Diretora Financeira

Julio César Pereira
Contador
CRC: 1SP 229886/0-6